

## O PROFESSOR COMO AGENTE TRANSFORMADOR NA IMPLEMENTAÇÃO DO RESPEITO À DIVERSIDADE

### THE TEACHER AS A TRANSFORMING AGENT IN IMPLEMENTING RESPECT FOR DIVERSITY

Dário Lima Souza<sup>1</sup>

Maria Lucia Silva<sup>2</sup>

Elizângela Inocência Mattos<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente texto tem como propósito explorar o papel do professor como agente transformador e a promoção do respeito à diversidade. A análise contempla a perspectiva do professor reflexivo na promoção de uma educação que prime pela liberdade e o respeito, enfatizando sempre a dignidade da pessoa humana e a formação do indivíduo como sujeito emancipado por meio da educação. Ao longo do estudo, busca-se promover a coexistência harmoniosa entre os seres humanos, transcendendo as diferenças, em consonância com a máxima de que apreciar é uma escolha, mas respeitar constitui um imperativo.

**Palavras-chave:** Professor. Respeito. Diversidade.

**ABSTRACT:** This paper aims to explore the role of the teacher as a transformative agent and the promotion of respect for diversity. The analysis considers the perspective of the reflective teacher in fostering an education that values freedom and respect, always emphasizing human dignity and the formation of the individual as an emancipated subject through education. Throughout the study, the goal is to promote harmonious coexistence among human beings, transcending differences, in line with the principle that appreciation is a choice, but respect is an imperative.

7940

**Keywords:** Teacher. Respect. Diversity.

## INTRODUÇÃO

A igualdade, concatenada com o respeito ao próximo é um dos princípios basilares de uma sociedade que preza pelos valores humanos. Tal relevância é sentida em diversos documentos escritos na história da humanidade. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos artigos 1º e 2º, tem-se que “todos os seres humanos são livres e iguais em

<sup>1</sup>Mestrando em Educação – PPGE/UFT, Especialista em Arte e Educação Contemporânea da Universidade Federal do Tocantins– UFT e Professor na Rede Municipal de Ensino de Palmas – TO. <http://lattes.cnpq.br/0678531017789541>.

<sup>2</sup>Mestranda em Educação – PPGE/UFT, Especialista em Educação Inclusiva- Faculdade de Tecnologia e Ciências do Alto Parnaíba. (FTATP) e Docente da rede privada. <https://lattes.cnpq.br/5224803157105375>.

<sup>3</sup> Doutora em Filosofia - UFSCAR, professora do curso de Filosofia da Universidade Federal do Tocantins/ UFT e Professora Colaboradora no Mestrado acadêmico – PPGE/UFT. <https://orcid.org/0000-0002-6574-9173>.

dignidade e direitos, dotados de razão e de consciência, devendo agir uns para com os outros em espírito de fraternidade, e sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, origem nacional ou social ou de qualquer outra situação.”

Tal tema é aduzido na Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, no rol dos direitos e garantias fundamentais, que preza também por essa liberdade e igualdade entre as pessoas, sem distinção de qualquer natureza. E, apresenta como um dos objetivos fundamentais no artigo 3º, IV, a promoção do bem de todos, *sem<sup>4</sup> preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*.

Isto posto, percebe-se de início que a diversidade tem respaldo no ordenamento jurídico brasileiro, na norma de maior estima de um país, que é a sua Constituição, demonstrando a preocupação em formar uma sociedade fraterna e pluralista pautada no fundamento da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF).

Diante desse contexto, convém tecer comentários sobre a transformação social por meio da educação, diante do tema da diversidade.

No que diz respeito à educação, fica evidente, então, que tais transformações por que vem passando a sociedade não podem ser ignoradas no ambiente escolar. [...] Os novos estudos acerca do entendimento ao direito à livre orientação sexual e tantos outros conteúdos restritos, tradicionalmente, a disciplinas específicas (como Ciências ou Biologia, por exemplo) contribui para a construção democrática da escola, por considerar fatores extremamente relevantes para a formação à qual a escola se propõe (Souza & Rego, 2015, p. 05).

7941

Essa formação que a escola se propõe, trata de sua função social, que tem o intuito de construir um ambiente harmonioso com a diversidade em seu sentido amplo, abrangendo a todos; representa a luta através do importante papel dos movimentos sociais para que as minorias tenham oportunidades, sem distinção.

É de suma importância refletir sobre esse contexto, porque não se trata de apenas respeitar, mas de entender a história, para de fato reconhecer os direitos que perpassam toda a mente outrora construída num contexto desigual, onde a internalização da inferioridade formava uma mente sem esperança e sem perspectivas de dias melhores para aqueles considerados: “minorias”.

A fim de romper com o contexto histórico de subserviência, atualmente, se almeja resultados na educação no contexto democrático de ser, através do poder transformador que se tem através do agente mediador no processo – o professor.

---

<sup>4</sup> Grifo nosso.

Sobre a educação e seu papel social, é importante tomar o trabalho educativo como:

O ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado, concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (Saviani, 2011, p.13).

A escola prima por atuar ante os desafios contemporâneos, buscando alcançar a humanidade entre todos os seres, com atenção à diversidade, no sentido de criar um ambiente de respeito e inclusão. Para lograr êxito nesse intento, necessita imperiosamente que seus atores sejam comprometidos com o enfrentamento das diferenças, a partir de um envolvimento efetivo no processo formador e no diálogo permanente, onde a troca de informações pode auxiliar a todos no processo. Nesse sentido, cabe ao professor, reconhecido como o agente transformador, ter condições efetivas para o trabalho, assim como o elementar trabalho de uma formação que seja de fato continuada, corroborando a necessidade de tratar temas e questões que atravessam a escola e todos os seus envolvidos.

Souza & Rego (2015) afirmam que, nos dias atuais, a diversidade tem alcançado espaços, sendo conhecida, discutida e positivamente apresentada. Por isso a importância no respeito, demonstrado não apenas na convivência com o igual, mas com quem parece ser diferente.

7942

Assim, o propósito do presente texto é demonstrar o papel do professor como agente que permite a transformação, no sentido de reconhecer a diversidade como inerente ao ambiente escolar e por isso, tema caro em sua prática. Uma postura reflexiva e de permanente auto-análise lhe permite alcançar e lidar com os desafios cotidianos e assim realizar uma educação democrática que possa lograr êxito no propósito de uma sociedade de respeito entre seus envolvidos. Ademais, seu papel enquanto mediador no processo de uma educação para a liberdade coloca a todos os envolvidos na condição de protagonistas no processo, onde a capacidade do diálogo possa acontecer de maneira frequentemente no processo de ensino aprendizagem.

### **Do professor como agente transformador**

Um educador, apto a cumprir sua função essencial na sociedade por meio do trabalho enquanto agente transformador, demonstra eficácia na prática pedagógica. No âmbito da eficácia, é crucial contemplar as complexidades da sala de aula, as estratégias e os instrumentos

pedagógicos utilizados, bem como o contexto social, tanto individual quanto coletivo que permite a experiência educativa dos discentes.

Paulo Freire em *A Pedagogia do Oprimido*, apresenta a ideia da educação como uma prática da liberdade, sendo que: “a liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma busca permanente” (Freire, 2013, p. 32). Nesse sentido, a transformação que a educação é capaz de proporcionar na vida do ser humano é fundamental em seu processo formador.

O professor/educador, defende Freire (2013), é uma liderança libertadora/problematizadora, e para o exercício efetivo de uma prática transformadora, proporciona em sua ação como docente chances dos alunos em refletirem e pensarem o mundo. Nesse sentido, a educação se constitui como libertadora, que critica, e assim, constitui a principal propulsora da emancipação, permitindo a evolução da mente humana, aprimorando-a e expandindo-a, a partir das diversas formas de interação com o ambiente e o conhecimento, é a teoria aplicada (na prática) por meio da reflexão. Cumpre, buscar formas para que todos os envolvidos tenham direito a voz e façam uso dela, reconhecendo dessa forma o papel de cada aluno no processo formador.

A aceitação da descentralização global do Ocidente, a adoção do multiculturalismo obrigam os educadores a centrar sua atenção na questão da voz. Quem fala? Quem ouve? E por quê? Cuidar para que todos os alunos cumpram sua responsabilidade de contribuir para o aprendizado na sala de aula não é uma abordagem comum no sistema que Freire chamou de ‘educação bancária’, onde os alunos são encarados como meros consumidores passivos. Uma vez que tantos professores ensinam a partir desse ponto de vista, é difícil criar uma comunidade de aprendizado que abrace plenamente o multiculturalismo (hooks, 2021, p.45).

7943

A função emancipatória do professor torna-se central no contexto educacional, destacando-se como um pilar essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes. Emancipar, neste contexto, refere-se à capacidade do professor de promover a autonomia, o pensamento crítico e a habilidade de agir de forma independente nos alunos.

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (Marx, s.d., p. 30).

Na perspectiva de libertação ou educação como prática de liberdade, defendida por Freire (2013), como libertação autêntica, que envolve a ação e a reflexão dos indivíduos sobre o mundo, com o propósito de efetuar sua transformação, e à medida que os indivíduos, refletindo simultaneamente sobre si mesmos e sobre o mundo, expandem o âmbito de sua percepção,

direcionam sua atenção para elementos anteriormente presentes, mas que ainda não se destacavam, ou seja, que não estavam postos por si. O autor propunha um modelo de ensino que não apenas transmitisse conhecimentos, mas que também capacitasse os alunos a pensarem criticamente, questionassem as estruturas de poder e contribuíssem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O professor enquanto agente emancipador transcende a mera transmissão de conhecimentos, assumindo o papel de facilitador do processo de aprendizagem. Ao adotar estratégias pedagógicas que estimulem a participação ativa dos estudantes, tende a promover não apenas a aquisição de informações, mas também a capacidade de reflexão.

Além disso, a função emancipatória do professor está intrinsecamente ligada à promoção da igualdade e da justiça social. Ao considerar e valorizar a diversidade presente na sala de aula, o educador busca criar um ambiente inclusivo que respeite as diferentes experiências e perspectivas dos alunos. Isso contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de enfrentar desafios e contribuir positivamente para a sociedade.

A promoção da emancipação implica também no estímulo à autonomia intelectual e na habilidade de questionar, analisar e compreender o mundo ao redor. O professor, ao encorajar a busca pelo conhecimento além dos limites da sala de aula, prepara os estudantes para serem agentes transformadores em suas vidas e na comunidade, estimulando a criatividade, a reflexão e ações que tem por fim autenticar-se na busca do ser mais e da transformação.

7944

Cabe trazer à tona a criticidade, que desencadeia o debate em não ser passivos e manipulados, pois “a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-los cair no engodo populista e transformá-los em massa de manobra” (Freire, 2013, p.51).

Na prática, a partir do momento que se dispõem em ser ativos na luta por uma educação libertadora capaz de enxergar os “invisíveis”, desenvolve o poder de captar e compreender o mundo à sua volta não como uma realidade estática, mas uma realidade dinâmica, em transformação. Em síntese, a função do professor enquanto profissional catalisador (estimulador e dinamizador), que causa transformação emancipatória, ultrapassa o ensino de conteúdo específico; pois visa capacitar os discentes a serem protagonistas de seu próprio aprendizado, dotados de pensamento crítico, autonomia e consciência social, contribuindo assim para a formação de indivíduos constituídos para enfrentar os desafios da vida e para promoção de mudanças positivas em seu entorno.

É dentro desse contexto, através da educação libertadora, capaz de transformar a sociedade por meio da conscientização e reflexão de ações dos indivíduos e visões dinâmicas do mundo, que adentramos no verdadeiro significado do professor como agente transformador dos seres humanos, que influencia a partir do debate no campo das teorias, abrindo mentes e fortalecendo ideias no campo da prática.

Nesse diapasão, temos a corrente de teóricos que apresentam o professor em sua prática reflexiva, que evidencia a importância da reflexão na prática do educador. Como a reflexão proporciona uma mudança de mentalidade desencadeando novas atitudes. Donald Schon argumenta que os profissionais, incluindo os professores, precisam desenvolver a capacidade de refletir criticamente sobre sua prática para melhorar continuamente e lidar de maneira eficaz com situações complexas e incertas. Assim,

No processo de reflexão na ação [...] existe, primeiramente, um momento de surpresa: um professor reflexivo permite-se ser surpreendido pelo que o aluno faz. Num segundo momento, reflete sobre o fato, ou seja, pensa sobre aquilo que o aluno disse ou fez e, simultaneamente, procura compreender a razão por que foi surpreendido. Depois, num terceiro momento, reformula o problema suscitado pela situação [...]. Num quarto momento, efetua uma experiência para testar a sua nova hipótese, por exemplo, coloca uma nova questão ou estabelece uma nova tarefa para testar a hipótese que formulou sobre o modo de pensar do aluno (Schon 1992, p. 83).

Percebe-se a amplitude do que o professor reflexivo desenvolve na sua prática com os alunos em sala de aula. Assim, reforça-se que um professor reflexivo tem o dever de encorajamento e reconhecimento, e mesmo de valorizar os alunos, abrindo o leque de discussões sobre determinado assunto, ignorando as respostas que são verdades únicas e prontas, trazendo à tona a reflexão, a criticidade do pensar. Nesse sentido, “à medida que o professor tenta criar condições para uma prática reflexiva, é muito possível que se venham a confrontar com a burocracia escolar” (Schon, 1992, p. 87), pois nesse contexto o professor desenvolve sua capacidade de refletir na e sobre a sua prática.

A partir do conceito do professor reflexivo, e ao saber do fato de que a educação é uma ferramenta poderosa para transformar vidas e moldar o futuro da sociedade, percebe-se que o papel do professor transcende a simples transmissão de conhecimento; pois se torna um verdadeiro agente de transformação com influência também no campo do crescimento pessoal dos educandos.

Conquanto aos aspectos de suma relevância, há que se acrescer o fato de que o professor, ao trazer à tona o ser reflexivo, pode-se evidenciar a abordagem pedagógica emancipatória, como já mencionado, e com isso destacar o estímulo ao aluno, da crítica e capacidade de

transformar realidades, fomentando o pensamento crítico, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e o reconhecimento da diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa por meio de uma educação que reconhece e valoriza ambientes educacionais inclusivos.

Assim, através da promoção do pensamento crítico, espera-se o cultivo de habilidades analíticas de questionar, analisar e sintetizar informações, sendo ativamente capazes de desenvolver a sensibilidade cultural e adaptação de práticas à diversidade, fundamentais à criação da promoção de igualdade de oportunidades.

### **Da educação e respeito a diversidade**

Partindo da ideia de que a educação é a principal engrenagem para o desenvolvimento emancipatório do ser humano e da capacidade transformadora do educador, há que se tratar do respeito à diversidade em linhas teóricas e práticas, explorando a sua importância para a construção de um sistema educacional mais justo e igualitário.

A diversidade é uma realidade incontestável na sociedade, reflete uma gama de identidades culturais, étnicas, socioeconômicas e de gênero, como diz Wood (2003), ao apresentar que a sociedade contemporânea é marcada por uma notável fragmentação, uma proliferação de relações e vivências sociais diversas, uma multiplicidade de estilos de vida e uma ampliação significativa das identidades individuais. Diante desse cenário, as unidades educacionais desempenham um papel crucial na promoção da equidade e inclusão no ambiente escolar.

Em uma matéria apresentada pela CNN Brasil (2023), sobre diversidade e inclusão, houve um importante destaque, do qual concordamos, sobre o conceito de diversidade: que representa as características que diferenciam uma pessoa da outra, sejam elas físicas, culturais ou comportamentais e deste modo, clarifica os tipos de diversidade, quais sejam: etnia, idade, gênero, religião, orientação sexual e condições físicas e mentais.

É a partir dessa visão multifacetada que se abarca a ideia das desigualdades existentes, onde os sujeitos, segundo Martins (2011), são mais desiguais em virtude da presente ordem social pois suas diferenças são intensificadas e acentuadas pela situação econômica ocasionada pela própria sociedade.

Assim, os sujeitos da diversidade, nas linhas defendidas pelas Diretrizes Político-Pedagógicas para uma Política de Educação e Diversidade, são: “jovens, adultos e idosos não-



alfabetizados, indígenas, afrodescendentes, quilombolas, agricultores, acampados e assentados da reforma agrária, povos tradicionais (pescadores, artesanais, etc.), assalariados rurais temporários, mulheres e homens, lésbicas, gays, travestis, transexuais” (Dedi, 2008, p.02). Todos inseridos no debate, e, portanto, requer um olhar especial ao promover ações que combatam a desigualdade e o preconceito.

Conhecendo amplas formas de preconceito de cor, de orientação sexual, de raça, de idade, de condição social, de gênero, entre outros. Sabe-se que a escola e a prática educativa são cenários de socialização e manifestação deles. E, é na relação escolar que se percebe a importante atitude dos educadores que, antes de combater as relações preconceituosas na prática educativa, precisam agir de forma não preconceituosa (Martins, 2011).

A temática então remete às lutas dos movimentos sociais através da educação nos seus dissemelhantes, saberes escolares, abalizando questões de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, direitos humanos e culturais etc. Na visão de Gohn (2007), convém ressaltar que é fundamental o destaque ao tema dos direitos, que em linhas gerais parte da universalidade às questões sociais, aos problemas econômicos com possibilidade de atribuições de caráter emancipatório humano. A escola compreende certamente o lugar de efetiva inclusão, decorrente da atuação transformadora do professor com essa perspectiva. Incluir a todos implica diretamente lidar com a diversidade e em dirimir as desigualdades na sociedade que urgentemente pede uma ação efetiva de seus envolvidos.

7947

A sociedade contemporânea [...] exclui as mulheres e os não-brancos das várias dimensões da vida social. Esse fato impõe a necessidade urgente de uma reestruturação radical das instituições e da forma de gestão do poder na sociedade, de modo a permitir a participação efetiva das minorias em novas formas de regulação social que contemple seus interesses distintos (Silvério, 1999, p. 47).

Percebe-se a preocupação com as demandas sociais da diversidade, principalmente com as questões acentuadas de gênero, raça e etnia, das quais as escolas brasileiras deveriam criar meios de minimizar os problemas causados por ignorância e desrespeito. E, neste caso, Jaccoud & Beghin (2002), reforçam que não cabem, a fim de solucionar o problema, ações repressivas ou punitivas por parte do Estado, no entanto, o que se almeja é que haja medidas persuasivas através da reeducação e formação cidadã humana. É, pois, através da educação que essas barreiras podem ser superadas.

Ao identificarmos o cenário de discriminações e preconceitos, vemos no espaço da escola as possibilidades de particular contribuição para alteração desse processo. A escola, por seus propósitos, pela obrigatoriedade legal e por abrigar as diversidades (de origem, de gênero, sexual, étnico-racial, cultural) abre espaço para que os sujeitos



possam ser reconhecidos, percebidos e, possivelmente, aceitos em suas diferenças (Diniz, 2012, p.34).

Desse modo, é fundamental que a escola cumpra seu papel em possibilitar o reconhecimento efetivo de cada um de seus envolvidos com total respeito. O pensamento de respeito à diversidade e pluralidade no ambiente escolar, com fins democráticos, considera o professor e sua percepção do aluno como um sujeito ativo, mesmo que para incluí-lo, crie e inove sua prática pedagógica de modo que se abra espaço para participação do aluno-sujeito.

Fica em nós a inquietação insistente de pensar os/as professores/as não só como reflexivos, multiplicadores, mas sim como mobilizadores – de si, dos outros, de um processo – com menos paralisação e mais mobilização desses sujeitos de peculiaridades sociais, históricas, afetivas e, também, inconscientes (Diniz, 2012, p.40).

Reflete em nós todo o desejo de equidade, humanidade e transformações de mente inovadas/transformadas, com os olhos no próximo como um sujeito de dignidade e direitos, no sentido de ser sujeito de respeito e apreço, pois “tratar as crianças com igualdade é respeitar as suas diferenças” (Khater & Souza, 2018, p.31).

Essa explanação sobre a reflexividade dos professores enquanto sujeitos formadores, aduz a verdadeira responsabilidade social da profissão, e diante disso cobra-se tal atuação como agente transformador do pensamento e formador de ideias revolucionárias, capazes de fato, de ocasionar a mudança, grão a grão, plantando a semente que um dia certamente dará frutos.

7948

O respeito à diversidade e à função dos educadores como agentes transformadores constituem o elo para facilitar um processo de aprendizagem fundado nos princípios de solidariedade, ética e afeto, com o objetivo de erradicar práticas discriminatórias e excludentes nos ambientes, voltados para a promoção da inclusão, sendo esse um papel a ser desempenhado pela escola.

O papel da escola se apresenta, portanto, como uma instituição que promove e entende uma educação com qualidade, a educação que respeita a diversidade e amplia cada vez mais os recursos necessários para a aprendizagem dos sujeitos como cidadãos, ou seja, um campo aberto a essas probabilidades ou possibilidades de real inclusão escolar e social (Khater & Souza, 2018, p.34).

A escola, ao cumprir com o aspecto acolhedor da diversidade, rompe com os paradigmas da racionalidade técnica da escola tradicional, e que para a completude de uma educação do respeito ao diferente, é necessário ter uma ressignificação com adaptações e flexibilidade necessárias, isto no sentido de ter uma educação mais reflexiva, ativa e promissora na promoção emancipatória. Assim, é necessário que aconteçam algumas mudanças como o reconhecimento das diferenças e sua valorização, não as ter com indiferença, mas de fato efetivar a inclusão,

onde as obrigações dos profissionais da educação partam da ideia que apresenta um paralelo com as normas jurídicas de que

Por meio de resoluções, leis, diretrizes, referenciais, currículos, materiais didáticos e cursos de formação de professores, tais políticas de valorização e reconhecimento da diversidade têm chegado às salas de aulas. Assim, os profissionais da educação têm se visto na necessidade de lidar direta e cotidianamente com situações nas quais a diferença assume cada vez mais relevância. Educadores e gestores são, portanto, levados a promover estudos aprofundados, reflexões, debates, e, principalmente, mudanças na prática pedagógica (Carvalho & Faustino, 2015, p.112).

Assim, a promoção do respeito à diversidade evidencia-se imprescindível, fazendo com que o ambiente escolar seja um nascedouro de boas práticas e favoreça a unidade (união) de todos, desenvolvendo a verdadeira formação humanizada. Assim, é fundamental para o professor compreender que:

A segregação e discriminação são problemas a serem debatidos em sala de aula, mas que de fato é uma dificuldade transitória e que nas inter-relações estabelecidas em sala de aula os alunos podem exercer seu pensamento crítico, buscando ferramentas que auxiliem a superá-la (Khater & Souza, 2018, p.36)

Carvalho & Faustino (2015) apresentam a centralidade da educação como principal responsável por garantir a tolerância, a paz e a superação de todas as formas de exclusão, sendo indispensáveis para nortear e definir as novas políticas educativas. Portanto, ao saber que o conhecimento, o realizar e a mente aberta para aprender a viver em comunhão são a mais clara versão de uma educação efetiva, objetivada no reconhecimento e na prática.

7949

## CONSIDERAÇÕES

Pelo exposto no presente texto, é crucial entender o papel que a educação desempenha na formação cidadã do ser humano como um ser social, único e composto a partir de diversos elementos. Assim, requer a valorização da diversidade do ser como algo a ser respeitado e construído com base na luta pela igualdade.

A escola é um espelho, que reflete em sua microforma um pedaço da sociedade. Por isso, os problemas sociais são evidenciados também no ambiente escolar. Consoante isto, é apresentado nesse estudo a importância da educação, com vistas a alcançar e desenvolver o ser humano em sua completude. E ao tomar o professor como o agente transformador, cumpre reconhecer o seu papel em mediar as ações, de modo a: “Fazer da sala de aula um contexto democrático onde todos sintam a responsabilidade de contribuir é um objetivo central da pedagogia transformadora” (hooks, 2021, p.45).

Falar em educação, remete, no que diz à sua função social, ao professor – agente transformador da sociedade, tendo essa responsabilidade consigo: de formar cidadãos aptos a viverem em sociedade. Percebe-se que o professor pode, através das reflexões sociais, individuais ou coletivas, despertar em cada estudante o reconhecimento de si mesmo e o poder de fala, respeitando-se primeiro, e subsequente, aos outros, sem importar quem seja, praticando a tolerância com o próximo. É como dizem Carvalho & Faustino (2015) sobre a educação ser considerada como o meio mais eficaz de prevenir a intolerância. Assim também, Khater & Souza (2018) apresentam que o reconhecimento e a convivência com as diferenças, valorizando-as, é o fundamento para uma abordagem educacional que abrace as diversidades, assegurando o êxito ao considerar as múltiplas manifestações da individualidade dentro da heterogeneidade humana.

Hodiernamente, o principal desafio consiste em aprender a viver junto com os demais, de uma maneira acolhedora e com imperativo respeito, já que uma das responsabilidades da educação é preparar o indivíduo para gerenciar conflitos. Estão implícitas duas formas de ação educacional: a primeira, levar o indivíduo à descoberta progressiva do outro, ao conhecimento da diversidade da espécie humana e à tomada de consciência das semelhanças e interdependências entre todos os seres humanos. A segunda, que se estende por toda a vida, caracteriza-se pela participação em projetos comuns, pelo estímulo à cooperação e à solidariedade, métodos eficazes para evitar ou resolver conflitos (Delors, 2001).

7950

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 06 maio de 2025.

CARVALHO, E. J. G.; FAUSTINO, R. C. **O impacto da diversidade cultural nas políticas educacionais: uma crítica às propostas das agências internacionais**. Revista HISTEDBR Online, Campinas, n° 61, p.110-134, março de 2015.

CNN BRASIL, **Diversidade e Inclusão: conceito, diferenças e como prover nas empresas**. 02 de jul. de 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/diversidade-e-inclusao/>>. Acesso em: 13 de jan. de 2024.

DELORS, J. (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre a Educação Para o Século XXI**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DEDI. SEED. **Diretrizes Político-Pedagógicas para uma Política Pública de Educação e Diversidade**. Curitiba: Secretaria de Estado de Educação do Paraná, maio 2008. Disponível em:

<  
[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2009/diretrizes\\_politico\\_pedagogicas\\_diversidade.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/diretrizes_politico_pedagogicas_diversidade.pdf)>. Acesso em: 14 de jan. de 2024.

DINIZ, M. **Traços, lacunas e retalhos na formação docente para a diversidade**. Revista Espaço Acadêmico- Mensal – n° 131, abril de 2012. Disponível em: <  
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/16486>>. Acesso em 06 maio de 2025.

FREIRE, Paulo (1921-1997). **Pedagogia do Oprimido**. 1º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais, políticas públicas e educação**. In: JEZINE, E.; ALMEIDA, M. L. P. (orgs.). Educação e Movimentos Sociais; novos olhares. Campinas: Alínea, 2007, p. 33-54.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Mediafashion: Folha de São Paulo, 2021.

JACCOUD, L. B.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: Ipea, 2002.

KHATER, E.; SOUZA, K.C. SILVA de. **Diversidade X Inclusão: conceito, teoria e prática na educação infantil**. Revista educação em foco. Edição n°10, 2018.

MARTINS, F.J. **Diversidade: conceitos e práticas presentes na educação, gestão e movimentos sociais**. Inter-Ação, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 245-261, jan./jun. 2011.

MARX, K. (s.d) **A questão judaica**. Tradução: Artur Morão. LusoSofia:Press. Disponível em <  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7311423/mod\\_resource/content/1/Marx.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7311423/mod_resource/content/1/Marx.pdf)>. Acesso em 09 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <  
<https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>>. Acesso em: 05 maio. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11.ed. revista. Campinas, Autores Associados, 2011.

SCHON, Donald. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino aprendizagem**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCHON, Donald. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: NÓVOA, Antonio (coord.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SILVÉRIO, V. **O Multiculturalismo e o reconhecimento: mito e metáfora**. Revista USP, São Paulo, n.42, p.44-55, jul-ago. 1999. Disponível em <  
<https://revistas.usp.br/revusp/article/view/28454/30311>>. Acesso em 02 abril de 2025.

SOUZA, L. A. A.; REGO, J. X. **O conceito de diversidade para a pedagogia histórico-crítica: elementos para pensar a formação de professores.** Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático III – Formação de professores para a educação profissional, 2015. Disponível em:<<https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/02/Artigo-231.pdf>> Acesso em 15 de jan. 2025.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2003.